

III JORNADA DE TRABALHO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA¹

NILSON VITAL NAVES*

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça e
Diretor-Geral da Enfam*

Já está em curso a “III Jornada de Trabalho sobre a Lei Maria da Penha”. A continuidade de tão vital projeto demonstra que as edições anteriores, a propósito da temática abordada, revelaram-se oportunas para o Judiciário brasileiro, oportunas e significativas para todos que se preocupam, como nós, com a melhor aplicação do Direito, com o funcionamento da Justiça e com a boa atuação do juiz.

A propósito, violência doméstica e familiar contra a mulher foi, em 2008, tema de cursos de aperfeiçoamento para magistrados e de formação de multiplicadores, propostas que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, recomendou e executou, dando, assim, cumprimento às incumbências que lhe foram atribuídas pelo texto constitucional.

Não há negar que a Lei Maria da Penha, seja na área criminal, seja na cível, seja, ainda, na processual, trouxe avanços e rompimentos. Não quero eu aqui entrar na discussão de questões tais como a adoção das chamadas medidas protetivas, a nova hipótese de prisão preventiva, a abolição de determinados formalismos ou a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois entendo sejam questões sobre as quais precisamos nos debruçar, e com muita cautela! Vão aqui dois recentes exemplos: num, a 6ª Turma entendeu, não obstante o inciso IV do art. 313, que a prisão preventiva está

¹ Palavras proferidas na abertura da III Jornada de Trabalho sobre a Lei Maria da Penha, CNJ, 30.3.09.

condicionada aos requisitos previstos no art. 312, ambos do Cód. de Pr. Penal; noutro, a Terceira Seção anda discutindo o conceito de “relação íntima de afeto”, expressão contida no inciso III do art. 5º da Lei nº 11.340.

Minhas pessoais preocupações quanto a discussões dessa ordem – vejam quanta expectativa tem gerado a lei de que estamos tratando! – são no sentido de que o diálogo amplo que pretendemos se estabeleça no âmbito do Judiciário projete as expectativas da sociedade para os novos tempos sem que isso – e aqui o meu maior receio – importe, já o disse em outras ocasiões, em dissecar tanto e tanto o texto da lei, de modo que sejamos conduzidos, como conduzido foi o poleá machadiano, a perder a mosca azul.

Considerando, então, as implicações legislativas, jurídicas e sociais da implantação da Lei nº 11.340, entendo que os eventos realizados permitiram não só a habilitação de profissionais que, diariamente, executam atividades direcionadas para o atendimento a mulheres vítimas de agressão, mas também o aprimoramento de magistrados que, a todo instante, têm sido desafiados a assumir, cada vez mais, papel ativo e criativo na interpretação da legislação, adaptando-a aos princípios, valores e exigências da nossa época.

É nesse cenário, permitam-me enfatizar, que a Escola Nacional vem cumprindo o seu papel institucional e constitucional. Nunca é demais lembrar que, desde os trabalhos iniciais, no ano 2007, já propunha a Enfam, por meio de suas duas primeiras resoluções – uma dispondo sobre o curso de formação para ingresso na magistratura; outra, acerca dos cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção –, já propunha, dizia, a formação humanística do juiz. A Resolução nº 2 deste ano, recentíssima, estabelece os conteúdos programáticos mínimos de tais cursos. Os meses anteriores à edição dessas normas foram de estudo e de cuidadosa discussão. Isso porque à Enfam cabia – e cabe, é claro –,

preservando os seus princípios e respeitando a autonomia das escolas judiciais, fixar diretrizes para a educação continuada do magistrado, permitindo-lhe eficaz preparação desde o momento da seleção até a última promoção.

Sempre digo que a grande novidade mesmo foi o curso de formação como etapa final do concurso; a ideia, vejam, é a de que os magistrados, ao iniciarem as atividades judicantes, já estejam bem sintonizados com as necessidades da vida judiciária. Com efeito, a Escola veio com a missão de regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso na carreira. Tal incumbência, por si e somente, isto é, pelo que nela se encerrou, bastaria para responder à pergunta “que tipo de magistratura queremos?”. Indagação que nos sugere outra: por que não haveremos também de estabelecer regras, se não específicas, regras gerais para os concursos (não é uma a magistratura?), deixando que cada unidade da Federação estabeleça, de acordo com as suas peculiaridades, regulamento específico? Tal é o que se vem desenvolvendo com a imprescindível e eficaz colaboração dos tribunais estaduais e dos regionais e, evidentemente, com o apoio das respectivas escolas.

O meu convencimento, pois, é o de que a Escola tem exercido todas as suas competências! E o tem feito ao contribuir para o aperfeiçoamento da magistratura brasileira, procurando dar-lhe harmonioso corpo e a correspondente alma num Brasil marcado pela fragmentação. Afinal, o que mais quer a Enfam, podem acreditar, é ver, naqueles que continuamente aperfeiçoará nas diversas matérias, inclusive em violência doméstica e familiar, magistrados que, em todas as circunstâncias, de maneira intangível, velem pela boa interpretação e pela melhor aplicação da lei.